Ementa: Trata de Gratificação de Incentivo à Docência - GID

DOCUMENTO 04500.001569/2002-82

INTERESSADA Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho

ASSUNTO Gratificação de Incentivo à Docência-GID

DESPACHO

Restituo o presente Documento à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Educação, informando que:

2. A Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001, instituiu a Gratificação de Incentivo à Docência (GID), e em seu art. 1º dispôs:

“Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de janeiro de 2001, a Gratificação de Incentivo à Docência, a ser percebida aos ocupantes dos cargos efetivos de Professor de 1º e 2º Graus nas instituições federais de ensino relacionadas no Anexo I.”

3. O art. 6º da mesma Lei dispõe que:

“Art. 6º Fica vedada, a partir da publicação desta Lei, a redistribuição de Professores de 1º e 2º Graus com escolaridade inferior à graduação para as instituições referidas no Anexo I.”

4. Portanto, diante do disposto na Lei nº 10.187, de 2001, não é condição essencial para a percepção da GID, que o docente seja graduado em curso superior. Tal condição apenas é necessária para que ele seja redistribuído para as instituições constantes do Anexo I da citada Lei.

5. Assim, concluímos que, se o docente de 1º e 2º Graus foi redistribuído para a Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho, que figura dentre as relacionadas no Anexo I da Lei nº 10.187/2001, em 1999, ou seja, antes da publicação da referida Lei, não há óbice para que ele perceba a GID, ainda que não possua graduação.

Brasília, 10 de Setembro de 2002.

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO
Coordenadora-Geral de Sistematização e Aplicação da Legislação